

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os aterros, e mais concretamente a deposição de resíduos nestes equipamentos, acarretam riscos consideráveis para a saúde pública das populações, para a subsistência dos ecossistemas e para o ambiente. Estas ameaças são sentidas através da contaminação dos solos, da contaminação das linhas de água (subterrâneas e à superfície) e da atmosfera. Além destes perigos imediatos, o aparecimento de pragas e os maus odores intensos são outros fatores a ter em consideração. Por todas as preocupações acima evidenciadas, a deposição de resíduos em aterros deve ser vista apenas como a última opção na gestão dos resíduos.

Nos últimos meses, em particular no Distrito do Porto, temos sido confrontados com as legítimas preocupações das populações de Lousada e Valongo acerca dos seus aterros. Preocupações essas que já foram alvo de diálogo e de algumas tomadas de posição por parte da tutela, nomeadamente em relação a Lousada. Nas últimas semanas, através da comunicação social local e nacional tivemos conhecimento que a empresa RESINROTE, concessionária do sistema multimunicipal de tratamento de resíduos urbanos de 35 municípios do Norte de Portugal, terá iniciado, em janeiro deste ano, o processo de licenciamento de um novo aterro sanitário no Concelho da Trofa, nomeadamente na Freguesia de Covelas. Importa nesta fase relembrar que a Freguesia de Covelas, os Concelhos da Trofa e Santo Tirso, já sofreram durante várias décadas com os problemas inerentes a estas instalações.

A confirmar-se o licenciamento, o novo aterro irá ser instalado no Concelho da Trofa, num terreno contíguo ao do antigo aterro de Santo Tirso, numa área de Reserva Ecológica Nacional. O antigo aterro encerrou em 2016 por ter atingido a sua capacidade limite.

Tendo em conta uma notícia avançada pelo jornal Notícias da Trofa, foi assinado em 2019 pela Secretaria de Estado do Ambiente um despacho através do qual “são aprovados os investimentos previstos pela Resinorte a coberto do ofício O-ADM-2019-118, de 25 de março relativos aos projetos base do Aterro da Trofa”. Segundo o NT, desse documento constarão ainda pareceres favoráveis da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Ainda neste processo, o presidente da Câmara Municipal da Trofa afirma que só falta “a aprovação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Norte e a desafetação da REN”.

Segundo o Presidente da Junta de Freguesia de Covelas, esta negociação entre a Resinorte e Câmara Municipal da Trofa decorreu sem o seu conhecimento, desconhecendo à altura da notícia tais negociações, conforme confirmado pelo próprio em declarações prestadas.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso foi surpreendido com estas notícias e já se prontificou a negar qualquer instalação no seu Concelho.

A população do Concelho da Trofa, e particularmente os Covelenses sentem-se enganados neste processo obscuro. Já decorreram dois protestos num espaço de 15 dias e muitos mais se realizarão porque além de quererem travar este negócio, sentem-se enganados e extremamente desiludidos com o Presidente da Câmara Municipal da Trofa.

Importa realçar que a zona dos terrenos, onde existe o interesse de instalar o aterro, localiza-se a menos de 1km de várias localidades, nomeadamente, a freguesia de Covelas e os lugares de Ervosa e Abelheira, uma zona de aglomerados habitacionais e uma grande zona industrial onde se insere, entre outros, um dos maiores centros logísticos de distribuição de produtos alimentares, uma empresa nacional e internacionalmente reconhecida. Além dos impactos negativos ao nível da saúde pública e ambiente, importa acrescentar o impacto negativo que poderá ter para o desenvolvimento do tecido empresarial da Trofa. A Trofa é sobejamente reconhecida pela pujança das suas empresas. Antevemos um impacto muito negativo no setor e com isso um retrocesso no desenvolvimento do Concelho.

As populações defendem total transparência neste processo. É absolutamente vital ser tida em conta a legítima preocupação da população, auscultando e envolvendo os representantes da freguesia, prevendo e reduzindo possíveis impactos ao nível da saúde pública e ambiente.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Ex^a O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo as seguintes perguntas, para que o Ministério do Ambiente e da Ação Climática, possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1. O Ministério do Ambiente e das Alterações Climáticas tem conhecimento de alguns pedidos de licenciamento, licenças já atribuídas ou em processo de licenciamento, para a instalação de um novo aterro no Concelho da Trofa, na Freguesia de Covelas?
2. Se as preocupações da população se confirmarem, e as declarações do Sr. Presidente da Câmara Municipal forem verdadeiras, quantas licenças estão efetivamente concedidas? Quantas estão ainda em processo de licenciamento?
3. Qual a tipologia do aterro que consta do pedido de licenciamento?
4. Existe cópia do processo de licenciamento? Se sim, solicitamos cópia do processo.
5. A confirmar-se este aterro, qual será o destino dado aos lixiviados?
6. A população de Covelas foi auscultada durante este processo? Está prevista alguma auscultação? E em relação às freguesias e concelhos limítrofes?

Palácio de São Bento, 4 de junho de 2020

Deputado(a)s

JOANA LIMA(PS)

ALEXANDRE QUINTANILHA(PS)

ROSÁRIO GAMBÔA(PS)

ANA PAULA VITORINO(PS)

CRISTINA MOREIRA(PS)

Deputado(a)s

JOÃO PAULO CORREIA(PS)

TIAGO BARBOSA RIBEIRO(PS)

ISABEL ONETO(PS)

PEDRO SOUSA(PS)

CONSTANÇA URBANO DE SOUSA(PS)

JOSÉ MAGALHÃES(PS)

HUGO CARVALHO(PS)

CARLA SOUSA(PS)

CARLOS BRÁS(PS)

EDUARDO BARROCO DE MELO(PS)